



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO Nº 192, DE 19 DE JANEIRO DE 2015
(Publicada no DOU nº 15, Seção 1, pág. 101, de 22 de janeiro de 2015)

Transforma Promotorias de Justiça Especiais Criminais do Guará em Promotorias de Justi Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situa de Violência Doméstica do Guará; transforma a 2 Promotoria de Justi de Defesa da Mulher em Situa de Violência Doméstica e Familiar de Brasília na 3 Promotoria de Justi Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situa de Violência Doméstica e Familiar do Guará, altera a Resolução n 90, de 14 de setembro de 2009, e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 166, inciso I, alíneas “c” e “d”, da Lei Complementar n 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o que consta no Processo n 08190.063694/14-41, e de acordo com a deliberao na 224 Sessão Ordinária, realizada no dia 19 de janeiro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1 Transformar a 1 e 2 Promotorias de Justi Especiais Criminais do Guará, respectivamente, na 1 e 2 Promotorias de Justi Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situa de Violência Doméstica e Familiar do Guará.

Art. 2 Transformar a 2 Promotoria de Justi de Defesa da Mulher em Situa de Violência Doméstica e Familiar de Brasília na 3 Promotoria de Justi Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situa de Violência Doméstica e Familiar do Guará, consoante o art. 1 da Resoluo n 164/CSMPDFT.

Art. 3 Renumerar a 3, 4 e 5 Promotorias de Justi de Defesa da Mulher em Situa de Violência Doméstica e Familiar de Brasília, respectivamente, em 2, 3 e 4 Promotorias de Justi de Defesa da Mulher em Situa de Violência Doméstica e Familiar de Brasília, mantidos os respectivos acervos.

Pargrafonico. O acervo do ofício que correspondia  2 Promotoria de Justi de Defesa da Mulher em Situa de Violência Doméstica e Familiar de Brasília, ora transformada na 3 Promotoria de Justi Especial Criminal de Defesa da Mulher em Situa de Violência Doméstica e Familiar do Guará, deverá ser redistribuído de forma equitativa entre as demais Promotorias de Justi de Defesa da Mulher em Situa de Violência Doméstica de Brasília.

Art. 4º Alterar o Anexo II, Capítulo VII e o Anexo XV, Capítulo I, ambos da Resolução nº 90/CSMPDFT, na forma constante do Anexo desta Resolução.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Original assinado
LEONARDO ROSCOE BESSA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior

Original assinado
DIAULAS COSTA RIBEIRO
Procurador de Justiça
Conselheiro-Relator

Original assinado
ANA LUISA RIVERA
Procuradora de Justiça
Conselheira-Secretária

ANEXO II – CIRCUNSCRIÇÃO: BRASÍLIA

**CAPÍTULO VII
DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA MULHER EM SITUAÇÃO
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	ATRIBUIÇÕES/ DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS	AUDIÊNCIAS	CONTROLE EXTERNO/ FISCALIZAÇÃO/ INSPEÇÃO
1ª, 2ª, 3ª E 4ª PJ DE DEFESA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	- Feitos da 1ª, 2ª e 3ª Varas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Circunscrição judiciária de Brasília, distribuídos de forma equitativa.	- Distribuídas de forma equitativa.	- Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM; - Inspeccionar as entidades governamentais, ou não, de atendimento à mulher em Situação de Violência Doméstica ou Familiar.

ANEXO XV – CIRCUNSCRIÇÃO: GUARÁ

**CAPÍTULO I
DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIAIS CRIMINAIS**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	ATRIBUIÇÕES/ DISTRIBUIÇÕES DE FEITOS	AUDIÊNCIAS	CONTROLE EXTERNO/ FISCALIZAÇÃO/ INSPEÇÃO
1ª, 2ª E 3ª PJ ESPECIAIS CRIMINAIS E DE DEFESA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	- Feitos da 1ª e 2ª Varas dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	- Distribuídas de forma equitativa.	- 4ª Delegacia de Polícia Civil (Guará); - Fiscalizar as entidades, instituições ou outros beneficiários habilitados a receber os benefícios das transações penais, outras medidas ou penas aplicadas nas Varas em que oficiam.